



NOTA EDITORIAL

Caros(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos a mais nova edição da Revista Jurídica da UFERSA. Neste primeiro semestre de 2026, a REJUR inaugura o seu Volume 10, n. 19, consolidando uma década de publicação contínua e reafirmando seu compromisso com a pluralidade de enfoques e com o rigor científico que caracterizam o periódico desde sua fundação.

Este número reúne dezessete artigos, de autoria de pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, além de uma tradução de trabalho estrangeiro, revelando a amplitude do diálogo que a REJUR tem cultivado ao longo de sua trajetória.

A edição é inaugurada com a tradução do artigo “Liberdade acadêmica e retrocesso democrático”, do Prof. Dr. Tom Ginsburg, da University of Chicago. O artigo foi traduzido pelo Prof. Me. David Sobreira, da Universidade Unichristus. Na sequência, o Prof. Dr. Rayann Kettylly Massahud de Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), oferece contribuição com o título “A tradição antinormativa na teoria constitucional: de Lassalle e Schmitt às tensões no constitucionalismo decolonial”.

O Prof. Dr. Ricardo Mafra e o Me. Daniel Figueira Borges, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresentam pesquisa no campo do Direito Empresarial, com “Reflexões sobre o interesse social e a finalidade da companhia no Direito brasileiro”. Da Universidade Presbiteriana Mackenzie, recebemos o artigo “Regulação brasileira de gatekeepers: plataformas digitais no mercado digital nacional”, da Me. Rafaela Iansen Miranda Silva, do Prof. Dr. Vicente Bagnoli e da Me. Taisa Tainá Pereira Menqui. Sobre regulação no âmbito fluminense, Juliana Mello de Queiroz (UFF), a Profa. Dra. Suyá Quintslr (UFRJ) e Ingrid Lessa Weber (UFRJ) assinam a contribuição seguinte sobre o papel da Agenersa.

O tema da segurança alimentar e do registro de agrotóxicos é abordado pelo Prof. Dr. Felipe Franz Wienke, pela Me. Isabela Peixer Galm Bernardes e por Elora Elo Rodrigues Rios dos Reis, todos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

As relações de trabalho e suas dimensões críticas são contempladas em dois artigos. O Prof. Dr. Winston de Araújo Teixeira, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), examina o teletrabalho à luz da teoria de Bobbio. Ainda nessa seara, a pesquisadora Lauren Reis Savi Ignacia e o Prof. Dr. Ismael Francisco de Souza, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), abordam o trabalho infantil na América Latina sob perspectiva crítica.

As dimensões de raça, gênero, etnia e religião são objeto de três contribuições. Jefferson Fontes, Nayra Fidelis e a Profa. Dra. Luziana Ramalho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvem reflexões sobre subjetividades de mulheres negras com o título “A ontologia do descarte: subjetividades de mulheres negras e o governo dos indesejáveis”. Da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Lucas Gonçalves, o Prof. Dr. Marcos César Botelho e o Prof. Dr. Vladimir Brega Filho examinam a questão “A perda da guarda por mães de religiões afro-brasileiras: uma análise de casos de intolerância religiosa à luz de Boaventura de Sousa Santos”. O Prof. Dr. Philippe Cupertino Salloum e Silva (UFJ) e o Prof. Dr. Luiz Eduardo Figueira (UFRJ) oferecem perspectiva etnográfica sobre o processo legislativo do Estatuto do Cigano.

A violência de gênero e a resposta do sistema penal juvenil são contempladas nas contribuições seguintes. Antônio Borja de Almeida Júnior, a Profa. Dra. Cyntia Carolina Beserra Brasileiro e Melina Maria Alves de Melo Paiva, da Universidade do Estado

do Rio Grande do Norte (UERN), examinam a violência letal contra as mulheres. O Prof. Dr. Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira e o Prof. Dr. Jailson Alves Nogueira (Ufersa), em coautoria com o Me. Erik Dênio Gomes de Oliveira Filho (UnB), apresentam reflexões sobre garantismo e responsabilidade juvenil na socioeducação.

Pedro George Sales Torres e o Prof. Dr. Cristovão Teixeira Rodrigues Silva, da Universidade Regional do Cariri (URCA), contribuem com estudo sobre crimes ambientais na Floresta Nacional do Araripe. Laura Gabriella Muniz da Silva e a Profa. Dra. Flavianne Fernanda Botencourt Nóbrega, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), abordam o policentrismo interamericano em diálogo entre Elinor Ostrom e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Prof. Dr. Antônio Justino de Arruda Neto, da PUC/RS, examina o monitoramento da sentença estrutural. A edição se encerra com a contribuição do Prof. Dr. Raphael Rego Borges Ribeiro (UFRJ), dedicada ao ensino jurídico e à sua dimensão pedagógica ao aplicar os princípios de “How Learning Works” ao direito das sucessões.

Este Volume 10, n. 19 congrega contribuições de pesquisadores vinculados a instituições do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além da contribuição internacional traduzida para o português, o que expressa a vocação nacional e plural da REJUR.

Renovo os agradecimentos à equipe técnica e aos pareceristas ad hoc, sem os quais a publicação deste número não seria possível. Agradeço igualmente a todos os autores que confiaram à REJUR o fruto de suas pesquisas. Nesta edição, despedimo-nos do assistente técnico Prof. Me. Adailson Araújo Pinho e damos as boas-vindas à nova assistente técnica, Acsa Cibely Carvalho Bezerra.

Boa leitura a todos(as).

PROF. DR. RAFAEL LAMERA GIESTA CABRAL

EDITOR-CHEFE | JUNHO 2026